



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

81
P

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0080073-64.2007.8.17.0001 (0327376-9)

AGRAVANTE: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DO RECIFE

AGRAVADO: ADERITO MARIZ DE MORAES

RELATOR: Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

EMENTA: DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. AÇÃO AJUIZADA APÓS A MODIFICAÇÃO INTRODUIDA PELA LC 118/2005. INTERRUPTÃO DA PRESCRIÇÃO COM O SIMPLES DESPACHO DO JUIZ. DESPACHO APÓCRIFO NO CASO CONCRETO. (SEM ASSINATURA DO JUIZ). PRESCRIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO CONFIGURADA. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 116 DO STJ. PRECEDENTES DO STJ E DESTA CORTE.

ACORDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo na Apelação nº 0327376-9, em que figuram como partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores que compõem a 4ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada em 30 de maio de 2014, à unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.

Recife, 30 de maio de 2014.


Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES
Relator



82

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0080073-64.2007.8.17.0001 (0327376-9)

AGRAVANTE: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DO RECIFE

AGRAVADO: ADERITO MARIZ DE MORAES

RELATOR: Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo na apelação (fls. 61/74) interposto pela **FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE RECIFE**, contra decisão terminativa proferida por esta relatoria (fls.47/53), nos autos da ação Execução Fiscal movida contra **ADERITO MARIZ DE MORAES**.

A decisão terminativa negou seguimento ao recurso de apelação, com fulcro no art. 557, caput, CPC, por entendê-lo manifestamente improcedente, mantendo a sentença de mérito que havia extinguido o processo com resolução de mérito em face da prescrição.

Inconformada, a Fazenda Pública recorre sustentando a inocorrência da prescrição, visto que a culpa pela inércia no andamento do feito teria sido do Poder Judiciário, aponta para tano a súmula 106 STJ. No mais, indica que o termo inicial para a cobrança do IPTU é a data do vencimento estabelecida na notificação respectiva.

Por fim, pugna pela reconsideração do julgado ou o provimento do recurso para reformar a decisão recorrida.

É o relatório.

Passo a **DECIDIR**.

VOTO

Preenchidos os pressupostos de admissibilidade recursal, conheço do presente Recurso de Agravo, passando a analisá-lo.

2



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

No presente caso, não vislumbro inovação nos argumentos trazidos pela agravante capaz de alterar a compreensão explicitada na decisão desafiada, motivo pelo qual apresento a questão ao Colegiado.

Desta feita, com o fim de evitar repetição dos fundamentos já constantes na decisão guerreada, transcrevo abaixo, o entendimento sobre a matéria:

a) Da não interrupção da prescrição pelo despacho inicial exarado por chancela eletrônica

Aduz a apelante que o despacho inicial expedido por chancela eletrônica interrompeu o prazo prescricional, nos termos do art. 174 do CTN.

Entretanto, razão não lhe assiste.

Nas execuções fiscais virtuais, fundamentadas em convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura Municipal, os processos se iniciam digitalizados por distribuição eletrônica, sendo atribuição do Município providenciar o despacho inicial.

Ocorre que o despacho inicial de fl.02, quando considerado individualmente, é um ato jurídico inexistente, pois não consta no seu termo a assinatura do magistrado, exigência legal do art. 164 do CPC.

Art. 164. Os despachos, decisões, sentenças e acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes. Quando forem proferidos, verbalmente, o taquígrafo ou o datilógrafo os registrará, submetendo-os aos juízes para revisão e assinatura.

Esse é também o entendimento dos nossos Tribunais. Vejamos.

EXECUÇÃO FISCAL - MULTA ADMINISTRATIVA POR DESCUMPRIMENTO DE NORMA TRABALHISTA - DESPACHO INEXISTENTE - APÓCRIFO - INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. O ato jurídico hábil para interromper a prescrição é o despacho citatório exarado pelo juiz, ainda que incompetente absoluta ou relativamente, nos moldes do art. 8º, § 2º, da Lei nº 6.830/80. Despacho apócrifo não possui eficácia

3



29
2

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

para interromper prazo prescricional, pois considerado inexistente, ante a ausência de requisito essencial para a sua formação, impossível de convalidação por posterior citação.

Agravo a que se nega provimento. (TRT-6 - AP: 526902010506 PE 0000526-90.2010.5.06.0141, Relator: Virgínio Henriques de Sá e Benevides, Data de Publicação: 06/12/2010)

Portanto, considerando que o despacho de fl.02 é juridicamente inexistente, inaplicável a interrupção da prescrição desde o despacho que ordenou a citação, o que só ocorreria se o referido despacho fosse válido, nos termos do art. 174, Parágrafo Único, I, CTN, que diz:

Art. 104,

Parágrafo Único. A prescrição se interrompe:

I - pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal;

Com base no exposto considero que a prescrição não foi interrompida pelo despacho inicial de fl.02, pois este ato processual é considerado apócrifo por falta de assinatura do magistrado.

b) Retardo na realização da citação não imputável ao Poder Judiciário

De acordo com o que já foi visto, a responsabilidade pelos atos iniciais do processo virtual pertence à Fazenda Municipal, a quem cabe providenciar o despacho inicial, a citação e a remessa dos autos "físicos" do processo à vara Judiciária competente.

Ocorre que o Município não foi diligente ao providenciar a citação dos executados, deixando ainda de enviar o processo físico ao Poder Judiciário em tempo hábil, o que só veio a ser feito em 20/08/09, quando já transcorrido o prazo prescricional quinquenal.

Nessa senda, a interrupção da prescrição só retroagiria à data da propositura da ação acaso a demora na citação fosse imputada exclusivamente ao Poder Judiciário, nos termos da Súmula 106/STJ, o que não é o caso dos autos, conforme se observa da jurisprudência do STJ:

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. INTERRUPTÃO. RETROAÇÃO À DATA DA PROPOSITURA DA AÇÃO APLICÁVEL APENAS AOS CASOS DE PARALISAÇÃO DO PROCESSO, POR CULPA EXCLUSIVA DO PODER JUDICIÁRIO.



25
26

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

SÚMULA 106 DO STJ. NÃO INCIDÊNCIA DO ART. 219, § 1º, DO CPC. 1. A Primeira Seção do STJ, no julgamento do REsp 1.120.295/SP, submetido ao rito dos recursos repetitivos, consolidou entendimento segundo o qual, mesmo nas Execuções Fiscais, a citação retroage à data da propositura da ação para efeitos de interrupção da prescrição, na forma do art. 219, § 1º, do CPC. 2. No entanto, a interrupção da prescrição só retroage à data da propositura da ação quando a demora na citação é imputada exclusivamente ao Poder Judiciário, nos termos da Súmula 106/STJ. Precedente: AgRg no REsp 1.260.182/SC, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 20.9.2011, DJe 23.9.2011.3. Hipótese em a citação tardia não decorreu dos mecanismos inerentes ao Poder Judiciário. Não incidência do art. 219, § 1º, do CPC. Prescrição caracterizada. Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg no AREsp: 131367 GO 2011/0306329-1, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 19/04/2012, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 26/04/2012)

Nesse sentido, ainda, a jurisprudência deste Tribunal de Justiça:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL VIRTUAL. FEITO MATERIALIZADO SOMENTE APÓS 05 (CINCO) ANOS APÓS DISTRIBUIÇÃO VIRTUAL. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO ART. 40, § 4º DA LEI DE EXECUTIVOS FISCAIS. DECLARAÇÃO DE PRESCRIÇÃO MATERIAL. [...] AFASTAMENTO DA SÚMULA 106 ANTE A INÉRCIA DA FAZENDA PÚBLICA. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO EX OFFICIO. (TJ-PE - AGR: 2451607 PE 0009647-88.2011.8.17.0000, Relator: Luiz Carlos Figueirêdo, Data de Julgamento: 20/09/2011, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação: 180)

DIREITO TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. INÉRCIA DO EXEQUENTE NO PROSSEGUIMENTO DO FEITO. PROCESSO VIRTUAL. OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. POR UNANIMIDADE. 3. Tratando-se de processos virtuais, inexistindo fisicamente no Juízo Fazendário, posto que todo seu conteúdo está sob a guarda exclusiva do ente exequente, impossível a aplicação da Súmula 106 do STJ, uma vez que a paralisação do feito deu-se pela inércia do próprio exequente. 4. Recurso de agravo não provido. Por unanimidade. (TJ-PE - AGV: 2707853 PE 0008582-24.2012.8.17.0000, Relator: José Ivo de Paula Guimarães, Data de Julgamento: 24/05/2012, 2ª

5



86
P

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

Câmara de Direito Público, Data de Publicação:
102)

Em face do exposto considero inaplicável a interrupção da prescrição retroativa à data da propositura da ação, pois a demora na citação se deu pela desídia da Fazenda Pública e não do Poder Judiciário.

c) termo a quo da contagem do prazo prescricional do IPTU

A apelante aponta que a sentença de mérito se equivocou quanto à contagem do prazo prescricional do IPTU, pois o seu termo inicial só se operaria com o vencimento da dívida.

Entretanto, mais uma vez não assiste razão à apelante, pois o juiz de primeiro grau somente considerou o termo a quo da prescrição como sendo a data-base do primeiro dia do respectivo ano fiscal em razão da ausência de provas acerca do envio do carnê ao contribuinte, bem como da data do vencimento do IPTU, o que fez amparado na jurisprudência deste Tribunal:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO DE AGRAVO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO PURA E SIMPLES. IPTU. TERMO A QUO NOS TERMOS DO ART. 174 DO CTN. NÃO COMPROVAÇÃO DO ENVIO DO CARNÊ AO CONTRIBUINTE. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL CONSUMADA. RECURSO NÃO PROVIDO POR UNANIMIDADE DOS VOTOS. 1. A jurisprudência pátria pacificou o entendimento de que o prazo prescricional nos executivos fiscais tem como termo inicial a data da constituição definitiva do crédito tributário, nos termos do art. 174 do CTN. 2. Nos tributos cujo lançamento se dá por ofício, o termo a quo começa a contar 30 dias após o seu lançamento de ofício do imposto se não houver recurso administrativo, caso contrário começará a contar após o término desta etapa. 3. No caso, não se pode aplicar a regra da contagem do prazo prescricional a partir do vencimento da parcela impaga, em virtude de não haver comprovação nos autos do envio do carnê ao contribuinte. 4. Recurso de Agravo não provido por unanimidade dos votos. (TJ-PE - AGV: 2216059 PE 0002524-39.2011.8.17.0000, Relator: José Ivo de Paula Guimarães, Data de Julgamento: 02/02/2012, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 30/2012)

Assim sendo, considero correta a decisão de primeiro grau que fixou, na hipótese, o termo inicial da

6



87
20

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

prescrição como sendo a data-base do primeiro dia do respectivo ano fiscal, em face da ausência de provas acerca do envio do carnê e da data do vencimento da obrigação tributária.

Ante o exposto, em face da regularidade da decisão monocrática proferida, estando ela conforme os ditames legais e a jurisprudência deste Tribunal, do Egrégio Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, **VOTO** pelo **IMPROVIMENTO** do presente Recurso de Agravo, ratificando os termos do *decisum* ora impugnado, ao tempo em que a submeto à apreciação desta Egrégia Câmara.

Recife, 30 de maio de 2014.


Des. **ANDRÉ** Oliveira da Silva **GUIMARÃES**
Relator